

Departamento(s) Psicologia Social e das Organizações

**Perceções das crianças e jovens face às famílias homoparentais: um contributo para a compreensão do desenvolvimento do preconceito na infância e adolescência**

Francisca Araújo Henriques da Cunha

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Carla Moleiro, Professora Associada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

---

Departamento(s) Psicologia Social e das Organizações

**Perceções das crianças e jovens face às famílias homoparentais: um contributo para a compreensão do desenvolvimento do preconceito na infância e adolescência**

Francisca Araújo Henriques da Cunha

Mestrado em Psicologia Social e das Organizações

Orientadora:

Doutora Carla Moleiro, Professora Associada do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2022



*À minha mãe, a pessoa mais importante na minha vida. Obrigada por tudo.*





## Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, por ter estado sempre aqui para mim, não só ao longo do meu percurso académico, mas também em todos os momentos da minha vida. Obrigada por todos os esforços que sempre fizeste para que eu pudesse fazer aquilo que sempre quis. Tenho a certeza que não seria quem sou hoje se não fosses tu. Um obrigada não chega.

À Professora Doutora Carla Moleiro, por toda a disponibilidade demonstrada ao longo deste último ano, e por toda a sua dedicação nos momentos de orientação. Obrigada pelas palavras de encorajamento nos momentos em que parecia que não ia ser possível recolher a amostra pretendida.

Um grande obrigada àquela que foi a minha “família” durante 7 meses – o projeto Cool.Brave8e.g, por me ter permitido fazer a recolha de dados durante o meu período do estágio curricular e ter contribuído com as minhas primeiras participações desta dissertação. Vou para sempre ter um carinho especial pela Reboleira.

Às instalações de ensino e ATL's que aceitaram colaborar nesta dissertação e, em especial às famílias e crianças participantes, pela disponibilidade e pelo entusiasmo demonstrado. Sem o vosso contributo, este estudo não seria possível.

Aos meus amigos de Leiria, e em especial ao meu namorado, por estarem sempre aqui para mim nos momentos de frustração e em todos os outros, bons e menos bons. Percorri este percurso com muito mais facilidade graças a vocês e, por isso, obrigada. Adoro-vos!

Aos meus amigos de São Miguel, que me acolheram como se fosse micalense e por terem sido a minha família em Lisboa ao longo dos últimos cinco anos. Marcaram a minha faculdade e vou para sempre sentir que parte de mim pertence a essa ilha.

Por fim, aos amigos que fiz neste mestrado e por todas as chamadas *zoom* em que desesperámos em conjunto. Quando o sofrimento é partilhado, certamente que se torna mais tolerável. Obrigada.





## Resumo

Nos últimos anos, Portugal tem vindo a introduzir alterações legislativas no que toca à igualdade dos direitos dos membros da comunidade LGBTQIA+. Por isso, importa perceber se estas recentes mudanças legislativas se refletem num preconceito reduzido em relação às famílias homoparentais, em particular junto de crianças e jovens. Este estudo tem como principal objetivo servir como um contributo para a compreensão do desenvolvimento do preconceito sexual na infância e adolescência. Assim, explora-se a linha teórica existente acerca do preconceito e do desenvolvimento deste nas crianças, assim como o papel que o contacto com famílias homoparentais poderá ter, traduzindo-se numa representação mais positiva destas famílias. Realizou-se um estudo que teve por base o questionário adaptado da escala The Bene-Anthony Family Relations Test (Saphira, 1989), em que participaram 73 crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos. Foram encontradas diferenças significativas na avaliação das famílias homoparentais entre as crianças de ambos os sexos, assim como diferenças entre idades. Não se verificaram diferenças significativas entre as crianças com e sem contacto, mas verificou-se um efeito de interação entre o ter/não ter contacto e entre o sexo no número de frases positivas atribuídas à família homoparental masculina. Os resultados sugerem que existem diversos fatores que podem influenciar a representação que as crianças têm das famílias homoparentais, como as normas sociais e os papéis de género. O efeito da crescente visibilidade da comunidade LGBTQIA+, quer seja política quer seja através dos media, também deve ser considerado.

**Palavras-chave:** Preconceito; Preconceito subtil; Orientação sexual; Crianças; LGBTQIA+; Homoparentalidade; Contacto;



## Abstract

Over the past few years, Portugal has implemented legislative changes regarding equal rights for members of the LGBTQIA+ community. Therefore, it is important to understand if these recent legislative changes are reflected in reduced prejudice towards homoparental families, particularly among children and youth. This investigation aims to serve as a contribution to the understanding of the development of sexual prejudice in childhood and adolescence. Thus, it explores the existing theoretical line on prejudice and its development in children, as well as the role that contact with homoparental families may have, resulting in a more positive representation of these families. A study was carried out based on a questionnaire adapted from The Bene-Anthony Family Relations Test (Saphira, 1989), with the participation of 73 children, aged between 5 and 17 years old. Significant differences were found in the valuation of homoparental families among children of both sexes, as well as differences between age groups. There were no significant differences between children with and without contact. However, there was an interaction effect between having/not having contact and between sexes on the number of positive phrases attributed to the male homoparental family. The results suggest that there are several factors that may influence children's representation of homoparental families, such as social norms and gender roles. The effect of the increasing visibility of the LGBTQIA+ community, either political or through mainstream media, should also be accounted for.

**Keywords:** Family diversity; Prejudice; Subtle prejudice; Sexual orientation; Children; LGBTQIA+; Homoparentality; Contact;



## Índice

Introdução.....	1
Revisão de Literatura.....	3
2.1 O preconceito face à comunidade LGBTQIA+ em Portugal .....	3
2.2. O preconceito.....	4
2.3. Preconceito subtil .....	5
2.4. A hipótese do Contacto.....	6
2.4.1. O contacto indireto.....	7
2.5. Desenvolvimento do preconceito na infância e na adolescência.....	8
2.6. Diferenças entre sexos nas atitudes face à comunidade LGBTQIA+ .....	10
2.7. Diversidade familiar .....	11
2.8. Homoparentalidade.....	12
2.9. Objetivos do estudo .....	14
Método.....	17
3.1. Participantes.....	17
3.2. Instrumento .....	17
3.3. Procedimento .....	18
Resultados.....	21
4.1. Frases positivas e negativas atribuídas às diferentes tipologias familiares .....	21
4.2. Diferenças entre os participantes do sexo feminino e o masculino na avaliação das diferentes tipologias familiares.....	23
4.3. Diferenças entre idades na avaliação das diferentes tipologias familiares .....	24
4.4. Diferenças entre crianças com e sem contacto com famílias homoparentais.....	26
Discussão.....	31
5.1. Limitações e recomendações futuras .....	35
Referências .....	37







# CAPÍTULO 1

## **Introdução**

Esta investigação visa ser um contributo para um melhor entendimento de como se desenvolve o preconceito em relação à orientação sexual, principalmente na infância e na adolescência. Desta forma, o principal objetivo desta investigação é entender quais as perceções das crianças e jovens face às diferentes tipologias familiares, incluindo famílias homoparentais. Mais especificamente, pretende-se aferir se existem diferenças nas perceções entre crianças do sexo feminino e masculino, e se essas diferenças são mais acentuadas entre crianças mais jovens e mais velhas – contribuindo para a compreensão do próprio desenvolvimento do preconceito homofóbico. Por fim, pretende-se verificar se o contacto com crianças provenientes de famílias homoparentais (e.g. conhecer alguma criança ou ter amigos/as com duas mães ou dois pais) resultará em diferenças na representação que as crianças oriundas de diversas famílias têm deste tipo de famílias.

Com efeito, têm ocorrido mudanças sociopolíticas em países de todo o mundo em relação à diversidade sexual, nomeadamente, face à homossexualidade. Mais concretamente, nos últimos 10 anos, Portugal tem vindo a introduzir alterações legislativas progressistas no que toca à igualdade dos direitos dos membros da comunidade Lésbica, Gay, Bissexual, Transsexual, Queer, Intersexual e Assexual+ (LGBTQIA+), como por exemplo, no código do trabalho, no casamento e no direito à adoção e procriação medicamente assistida (PMA). Por isso, importa perceber se estas recentes mudanças legislativas se refletem num preconceito reduzido em relação a famílias homoparentais, em particular junto de crianças e jovens – que não experienciaram o contexto sistémico anterior a estas alterações.

No entanto, apesar dos vários avanços no que toca aos direitos civis da comunidade LGBTQIA+ que foram feitos no nosso país, a situação em Portugal continua a ser preocupante tendo em conta os índices de preconceito sexual que ainda são reportados em indicadores nacionais, internacionais e na literatura. Este preconceito continua a prevalecer em todos os grupos etários e tipos de contexto e, por isso, torna-se relevante estudar esta temática especialmente em crianças e jovens, uma vez que é nestas idades que é mais fácil de intervir e educar os seus ideais e crenças. Além disso, a literatura nesta área é escassa e, por isso, este estudo servirá como um valioso contributo para a investigação desta temática.

Desta forma, no segundo capítulo da presente dissertação, será feita uma revisão de literatura acerca da diversidade na orientação sexual, abordando o percurso e os avanços legais

conquistados pela nossa sociedade ao longo dos tempos. Serão abordados temas como o preconceito face à orientação sexual e as suas consequências para os membros da comunidade, assim como para a educação para a diversidade e direitos humanos das crianças. Será também abordado o preconceito no geral, assim como o desenvolvimento do preconceito em crianças e jovens. Além disso, analisaremos também o papel do contacto direto na diminuição do preconceito baseado na orientação sexual. Ainda neste capítulo, serão abordados conceitos como a homoparentalidade, onde será feita uma comparação entre o desenvolvimento de crianças oriundas de famílias homoparentais e famílias heteroparentais. Por último, serão abordados os principais objetivos a atingir com este estudo e serão enumeradas as hipóteses que visamos testar com a realização desta dissertação.

Em relação ao capítulo 3, apresenta-se uma descrição metodológica do estudo, em que será feita uma descrição do procedimento, uma caracterização da amostra e uma descrição detalhada do instrumento utilizado. Nos últimos capítulos desta dissertação serão apresentados os resultados obtidos, assim como a discussão, onde serão mencionadas algumas limitações e sugestões para investigações futuras.

## CAPÍTULO 2

### Revisão de Literatura

#### 2.1 O preconceito face à comunidade LGBTQIA+ em Portugal

No presente ano 2022, celebram-se 40 anos desde que a homossexualidade foi descriminalizada em Portugal. Esta vitória celebrou-se com a publicação do Código Penal de 1982 que, durante 100 anos, puniu a homossexualidade com sanções, internamentos em manicómios criminais e a interdição do exercício da profissão (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2022).

Podemos afirmar que já foi percorrido um longo percurso na luta pelos direitos dos indivíduos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, nomeadamente graças às alterações que ocorreram no quadro legal, que contribuíram bastante para o combate à discriminação em relação à orientação, identidade e expressão de género, visando que a igualdade legal corresponda a uma igualdade social (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2022). No entanto, apesar destes esforços para o combate à discriminação e redução do preconceito, a situação em Portugal continua a ser preocupante tendo em conta os índices de homofobia que ainda são reportados em indicadores nacionais e na literatura.

Segundo o relatório da associação ILGA (2020), com dados referentes ao ano de 2019, existem evidências que a discriminação face à orientação sexual continua a prevalecer em todos os grupos etários e tipos de contexto, desde o espaço público ao doméstico, no local de trabalho, escolas e até no acesso a bens e serviços. Este cenário tem um impacto significativo na saúde dos membros da comunidade, sendo que dos 136 respondentes, 30.88% afirma ter sofrido consequências a nível físico e 67.65% afirma ter sofrido consequências a nível psicológico resultante deste tipo de situações discriminatórias. De facto, a literatura aponta que as consequências mais comuns para as vítimas de homofobia são o desenvolvimento de perturbações de ansiedade, depressão, o absentismo escolar, abuso de substâncias, isolamento social e automutilação (Neves et al., 2019). Além disso, muitos membros da comunidade, após darem o *come out*, são hostilizados pelas próprias famílias e, por vezes, pelos pares, o que significa que a rede de suporte pode vir a diminuir após este processo, tornando estes indivíduos mais vulneráveis (Neves et al., 2019).

Face ao crescente número de ocorrências de situações de carácter homofóbico em diversos Estados-Membros da UE, como a proibição de marchas do Orgulho Gay ou discursos de ódio

por vários políticos, o Parlamento Europeu requereu à Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) que realizasse um relatório exaustivo, abrangendo todos os Estados-Membros da UE, sobre a situação existente em matéria de homofobia e discriminação com base na orientação sexual. Este relatório (FRA, 2009) indica que, em matéria de direitos humanos, muitas pessoas LGBTQIA+ experienciam situações de discriminação, intimidação e assédio, em vários tipos de contexto, desde a escola, ao trabalho, e até em lares de terceira idade, onde raramente são tidas em conta as necessidades dos membros da comunidade. Dos inquiridos na Bulgária, 42% declararam que não gostariam de ter um amigo ou colega de trabalho homossexual e 47% não aceitariam que um filho seu fosse homossexual. No Reino Unido, num inquérito realizado nacionalmente, metade dos inquiridos afirmou que não apoiariam um familiar seu caso este tivesse uma relação duradoura com uma pessoa transexual. Num inquérito efetuado na Dinamarca, 53% dos rapazes com idades entre os 15 e 24 anos não achavam aceitável ter relações sexuais com uma pessoa do mesmo sexo, mas apenas 21% das raparigas eram da mesma opinião. De acordo com um estudo realizado na Alemanha, 32% dos inquiridos consideravam repugnante ver duas pessoas homossexuais a beijarem-se (FRA, 2009).

Assim, podemos afirmar que o preconceito e a discriminação continuam a ser uma realidade bem presente, mas que tem vindo a ser manifestado de uma forma cada vez mais subtil e indireta (Carlos, 2018). Esta forma de preconceito designa-se de preconceito subtil, que pode ser definido como sendo uma forma mais atenuada e dissimulada de manifestações de atitudes negativas perante determinados grupos sociais (Macieira, 2020).

Antes de abordar estas formas mais dissimuladas de preconceito, consideramos que seja relevante fazer uma abordagem às origens do preconceito, no geral. Assim, na secção abaixo serão abordadas as teorias fundamentais do preconceito e da discriminação, tais como as perspetivas de Allport (1954) e Tajfel (1979).

## **2.2. O preconceito**

Um dos trabalhos mais relevantes do estudo do preconceito foi a obra de Allport (1954) que continua a representar o atual ponto de partida teórico das principais investigações que concernem este tópico. Para Allport, o preconceito pode ser definido como sendo uma atitude negativa injustificada perante um grupo e os indivíduos pertencentes a este.

Segundo Tajfel (1979) e a sua Teoria da Identidade Social, o simples facto de um indivíduo pertencer a um determinado grupo/categoria social e identificar-se com este é condição suficiente para este favorecer os membros do seu grupo e criar um sentimento de hostilidade, preconceito e discriminação face a membros de outros grupos. Assim, a categorização social é processo cognitivo que ajuda os indivíduos a organizar e simplificar a realidade, juntando

objetos, pessoas, acontecimentos, ideias, instituições, etc., em grupos cujos membros tendem a ser percebidos como semelhantes e partilhando um conjunto de características básicas comuns (Tajfel, 1979). Desse modo, o preconceito é uma consequência natural do processo de categorização social, em que os indivíduos tendem a salientar as características que têm em comum com os indivíduos do grupo ao qual pertencem e a acentuar as características negativas dos membros do exogrupo (Pegna, 2018). No entanto, esta teoria salienta o papel preponderante que o contexto desempenha na eliciação de uma identidade social valorizada em particular (e.g. género, nacionalidade, classe económica, etnia ou idade), levando as pessoas a favorecer o seu endogrupo e a derrogar o exogrupo (Nelson, 2009).

Independentemente do tipo de preconceito expresso, seja este étnico, racial, nacional ou sexual, é sempre definido como sendo uma orientação negativa em relação a indivíduos ou grupos, devido apenas à sua pertença a um grupo étnico, racial ou à sua nacionalidade. Caracteriza-se em múltiplas dimensões, incluindo a atitude negativa expressa através da aversão a um exogrupo social (componente afetivo), a atribuição de características negativas (componente cognitivo) ou comportamento negativo dirigido a um membro de um *outgroup* (componente comportamental). Além disso, o preconceito reflete uma generalização pela qual a avaliação negativa se dirige a todos (ou pelo menos a maioria) dos membros do exogrupo, desconsiderando as diferenças individuais de cada membro (Raabe & Beelman, 2011).

Em relação ao preconceito sexual em específico, este corresponde às atitudes negativas expressas por um indivíduo tendo por base a orientação sexual. Normalmente, é um preconceito dirigido a indivíduos homossexuais (tanto do sexo feminino como masculino) e a indivíduos bissexuais (Herek, 2000), no entanto, é também comumente dirigido a outros membros da comunidade LGBTQIA+.

### **2.3. Preconceito subtil**

Face à pressão das normas e alterações legislativas antirracistas e anti discriminatórias contra grupos minoritários que vieram a ser impostas nos últimos anos, a expressão do preconceito e da discriminação começou a fazer-se de forma mais subtil e indireta (Carlos, 2018). Esta forma de preconceito designa-se de preconceito subtil, que pode ser definido como sendo uma forma mais atenuada e dissimulada de manifestações de atitudes negativas perante determinados grupos sociais (Macieira, 2020). Este tipo de preconceito tem por base as normas sociais presentes na sociedade, que levam os indivíduos a conter os seus preconceitos, por pressão das normas e devido à deseabilidade social. Atualmente existem diversos instrumentos de medida que nos permitem medir o preconceito, sem que os participantes tenham consciência de que as suas atitudes preconceituosas estão a ser mensuradas. O recurso a este tipo de medidas

implícitas permitiu que conseguíssemos aceder às crenças dos participantes, sem possibilidade de controlo normativo das respostas. Num estudo realizado por Vala et al. (2015), em que se recorreu a este tipo de medidas implícitas, verificou-se que as crenças e estereótipos racistas e mais flagrantes ainda permanecem ativos nas memórias dos participantes e que continuam a moldar e a marcar o seu comportamento. Assim, apesar de mais contido, o preconceito subtil integra três dimensões: a perceção de que o exogrupo não se conforma aos valores tradicionais da sociedade, nomeadamente aos valores do trabalho e do sucesso; a acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo; a incapacidade de exprimir emoções positivas relativamente aos membros do exogrupo (e.g. Eu não tenho nada contra os homossexuais, mas não preciso de os ver de mão dada na rua!) (Vala et al., 2015).

#### **2.4. A hipótese do Contacto**

Allport refere que o preconceito tem origem na separação dos grupos e na falta de familiaridade entre estes. Esta teoria, designada de Teoria do Contacto (Allport, 1954), defende que as associações estereotipadas dos indivíduos, assim como os seus preconceitos, irão diminuir à medida que estes forem conhecendo e estabelecendo contacto com pessoas de grupos distintos daquele a que pertencem. Assim, esta teoria hipotiza que o contacto, reunindo certas condições (como um status grupal semelhante, a existência de objetivos comuns, contacto cooperativo assim como autoridade/apoio institucional) representa uma forma eficaz para a promoção de relações positivas intergrupais (McKay, 2018).

De facto, no estudo realizado por António et al. (2017) verificou-se que os efeitos positivos do contacto prolongado podem variar dependendo também do nível de intimidade e confiança da relação com os membros do endogrupo ou da qualidade do contacto direto. No entanto, é importante evidenciar que os efeitos positivos do contacto prolongado são consistentes em todos os estudos, mesmo quando não se controlam os níveis de intimidade ou a qualidade do contacto. (António et al., 2017). Além disso, nesse estudo verificou-se que os indivíduos que tinham amizade com um indivíduo homossexual apresentavam menos comportamentos homofóbicos que indivíduos que não tinham nenhum tipo de relação com indivíduos homossexuais. Deste modo, o contacto prolongado com minorias sexuais parece estar associado a atitudes menos negativas em relação a esse grupo (António et al., 2017). Em congruência com estes resultados, um estudo realizado por Herek e Glunt (1993) demonstrou que o contato interpessoal com indivíduos homossexuais está fortemente associado a atitudes positivas para com indivíduos desta comunidade. É importante ressaltar que o contacto interpessoal parece não ser tão eficaz na redução do preconceito face às famílias homoparentais como é em relação a indivíduos homossexuais (Costa et al., 2015). Isto indica que existem outros fatores que

desempenham um papel importante na mediação da influência do contacto interpessoal nas atitudes face às famílias homoparentais. Desta forma, existem diversos fatores individuais que se encontram associados a atitudes preconceituosas (Costa et al., 2015), nomeadamente o sexo, a idade e as crenças sobre papéis de género. Além disso, a literatura indica que o preconceito também está associado a níveis mais baixos de escolaridade, a personalidades do tipo autoritário, à religião, assim como a ideais políticos mais conservadores. Estas características individuais também predizem as atitudes em relação ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e em relação a famílias homoparentais (Costa et al., 2015).

#### **2.4.1. O contacto indireto**

Como já foi referido, Allport (1954) postula que as percepções de *outgroups* tornam-se cada vez mais favoráveis através da interação. Embora esta teoria defenda que são necessários quatro fatores (e.g. ter os mesmos objetivos, manter contacto por um longo período de tempo) para que o contacto intergrupar resulte em atitudes mais positivas, a literatura tem vindo a indicar que embora estes critérios contribuam para a existência de relações intergrupais positivas, não são estritamente necessários para que estas ocorram (Ayoub & Garretson, 2017).

Assim, estudos indicam que o contacto obtido através do consumo de conteúdo transmitido pelos media pode desempenhar um efeito semelhante ao contacto ‘direto’ na redução de preconceitos e na melhoria das atitudes em relação a membros da comunidade LGBTQ, em diversos contextos (Ayoub & Garretson, 2017). A partir da década de 80 e 90, começaram-se a incluir questões relacionadas com a diversidade sexual em conteúdo televisivo ficcional, com a introdução de personagens gay/lésbicas, por exemplo, o que contribuiu para o aumento da representatividade dos membros da comunidade (Ayoub & Garretson, 2017). Desde então houve um aumento da representação de indivíduos da comunidade LGBTQIQ+ em canais de notícias, séries e filmes e começou a ser cada vez mais um “assunto-chave” de programas dirigidos a diversos públicos (Ayoub & Garretson, 2017). No entanto, o efeito e impacto dos media pode depender da faixa etária dos espetadores, sendo que o público mais jovem terá menos probabilidade de ter opiniões firmes e inflexíveis em relação à comunidade LGBTQIA+ e, por essa razão, é mais propenso a responder positivamente a conteúdos e informações transmitidas pelos media que incluem de alguma forma a comunidade LGBTQIA+. Num estudo realizado por Norris e Inglehart (2009) verificou-se que há uma relação entre o acesso/consumo de conteúdo dos media e valores sociais e morais mais liberais, no geral. Ora, as gerações mais jovens, comparativamente às gerações mais velhas, consomem muito mais conteúdo digital e dos media, geralmente.

Acresce que é importante ter em conta o papel do ativismo e dos movimentos sociais pró-direitos LGBTQIA+ no aumento da visibilidade da comunidade e, conseqüentemente, na maior inclusão destes indivíduos. Estes movimentos centram-se não só na construção de uma comunidade, no reconhecimento identitário, na denúncia de situações de homofobia e na pedagogia anti-homofóbica, mas principalmente na exigência da igualdade de direitos, nomeadamente no que diz respeito à conjugalidade e à família (Nogueira et al., 2010).

Na mesma linha de pensamento, podemos salientar o papel preponderante que os *role models* desempenham no desenvolvimento normativo de um adolescente, sendo um fator relevante na redução do risco e no aumento dos fatores de proteção para que haja um desenvolvimento saudável. Esta influência nota-se principalmente nos jovens em risco que, no geral, têm menos recursos diretos ou uma base de apoio menos estável (Bird et al., 2012). Assim, existem figuras públicas (e.g. Ellen DeGeneres) que motivaram e deram força a diversos membros da comunidade LGBTQIA+ a assumirem a sua sexualidade, assim como a sentirem-se mais confiantes com a sua identidade (Bird et al., 2012). O acesso a meios de comunicação de massa, incluindo televisões, redes sociais e jornais, (i.e., os media no geral), desempenha um papel importante na difusão de normas, troca de ideias e exposição a outras culturas de diferentes países.

Assim, é evidente o impacto que as lutas explicitamente políticas para mudar as leis de direitos civis, os esforços para mudar a cultura escolar e a cultura desportiva, as campanhas nos media para aumentar a visibilidade, assim como o papel dos *role models* podem ter para a inclusão e conseqüente redução do preconceito e homofobia (Stulberg, 2018).

## **2.5. Desenvolvimento do preconceito na infância e na adolescência**

Embora a presença de preconceito seja problemática em qualquer setor da comunidade, a possibilidade de que este possa ser disseminado entre crianças é uma preocupação particular (Nesdale, 1999). A literatura é pouco vasta no que toca ao desenvolvimento do preconceito face à orientação sexual nas crianças, no entanto, existe evidência de que o desenvolvimento deste é semelhante ao desenvolvimento do preconceito étnico. Apesar de existir um vasto corpo de literatura em redor da questão do desenvolvimento do preconceito étnico em crianças, atualmente há pouco consenso sobre muitas das questões centrais. Por exemplo, existem incertezas quanto à idade em que o preconceito surge nas crianças, se existem ou não fases ou estágios relacionados com a idade através dos quais o preconceito se desenvolve, quais são os processos ou mecanismos psicológicos que governam a aquisição do preconceito e o impacto que as competências linguísticas e cognitivas emergentes das crianças têm sobre a aquisição e retenção de preconceito (Nesdale, 1999). Assim, podemos afirmar que o preconceito é



multifacetado e, portanto, é mais facilmente entendido ao combinar elementos de diferentes abordagens (Nelson, 2009).

De uma perspectiva cognitiva, o preconceito deriva de processos psicológicos normativos e funcionais (Nesdale, 1999). Esta teoria defende que as atitudes das crianças face a outros grupos étnicos são influenciadas pela capacidade da criança de os perceberem de maneiras complexas. Por exemplo, uma criança só é capaz de gerar empatia por outro indivíduo quando for dotada da capacidade de ver o mundo da perspectiva de outra pessoa. De acordo com esta teoria, o preconceito é inevitável nas crianças mais jovens, uma vez que estas ainda não atingiram o estágio de desenvolvimento em que são capazes de entender o outro como um indivíduo (Nesdale, 1999). Numa fase inicial, a criança foca-se em si e só posteriormente, por volta dos quatro anos de idade (Nesdale, 1999), é que começa a criar categorias sociais a partir de características físicas que diferenciam os grupos (Nelson, 2009). Só numa fase posterior, à medida que o seu sistema cognitivo se desenvolve, é que a criança é capaz de reconhecer semelhanças entre grupos (e.g. um membro do grupo A e do B fazem ambos X) e diferenças dentro do mesmo grupo (e.g. alguns membros do grupo A fazem X, mas outros não). Com a idade, à partida todas as crianças adquirem as competências cognitivas necessárias para que haja uma redução do preconceito. Estas competências são adquiridas, aparentemente, entre os 7 e os 11 anos de idade (Nelson, 2009).

Segundo Nelson (2009), na creche e jardim de infância, as crianças que pertencem ao grupo dominante exibem preconceito face ao grupo minoritário (e.g. preconceito de crianças canadenses inglesas em relação a canadenses franceses). A maioria dos jovens normalmente atribui mais características positivas e menos atributos negativos ao seu próprio grupo (*ingroup*) do que a outros grupos (*outgroups*), mas apresenta um declínio no preconceito por volta dos 7 anos de idade. Concomitantemente, Nesdale (1999) afirma que a partir dos 7 anos, os estereótipos vão-se tornando cada vez mais flexíveis, uma vez que é nesta fase que há um aumento da exploração e formação das identidades sociais próprias (étnicas, sexuais, nacionais) da criança.

Numa meta-análise realizada por Raabe e Beelmann (2011), que compilava 113 artigos sobre o desenvolvimento do preconceito em crianças e adolescentes, verificou-se que o preconceito aumenta no início (2-4 anos) e ao longo da infância (5-7 anos) e começa a diminuir ligeiramente entre essa altura e o final da infância (8-10 anos). Ainda, as mudanças no preconceito derivadas da idade parecem estar limitadas apenas à infância, não parecendo haver um desenvolvimento de preconceito relativamente consistente acima dos 10 anos de idade.

No entanto, esta meta-análise forneceu-nos informações relevantes sobre as dimensões divergentes do preconceito. Em estudos em que foram utilizadas medidas explícitas de preconceito, verificou-se uma diminuição do preconceito entre as crianças da faixa etária dos 5-7 e entre a dos 8-10 anos. Curiosamente, nos estudos em que foram utilizadas medidas implícitas de preconceito, não se verificaram diferenças entre os dois grupos etários. Este facto suporta a ideia de que as crianças, no final da infância (8-10 anos) começam a controlar os seus preconceitos e avaliam conscientemente os diferentes grupos sociais de acordo com os padrões e normas sociais de igualdade.

## **2.6. Diferenças entre sexos nas atitudes face à comunidade LGBTQIA+**

Para se fazer uma análise do papel do sexo no preconceito face à comunidade LGBTQIA+ é necessário fazer uma primeira abordagem à suposição de que as opiniões das pessoas, tanto sobre mulheres como sobre os homens, são guiadas por um sistema generalizado de crenças de género, definido como “um conjunto de crenças e opiniões sobre homens e mulheres e sobre as supostas qualidades de masculinidade e feminilidade” (Kite et al., 2021). Este sistema de crenças de género está enraizado na cultura e nas sociedades e inclui diversos estereótipos associados ao género e a atitudes associadas a cada um. Assim, os indivíduos que violem este padrão e estas expectativas associadas ao seu género podem vir a sofrer de preconceito ou discriminação, como é o caso de alguns membros da comunidade, como homens gay ou mulheres lésbicas, por exemplo (Kite et al., 2021). Estes papéis são culturalmente prescritivos e descritivos, e são codificados logo desde a primeira infância. Desde a infância que as crianças do sexo masculino são incentivadas a evitar atitudes ou comportamentos mais associados ao sexo feminino. Um exemplo ilustrativo disto são as afirmações frequentemente dirigidas às crianças que atribuem uma conotação negativa ao choro (e.g. “os meninos não choram”) ou ao carinho ou apego à figura materna (e.g. “menino da mamã”). Um resultado dessas normas sociais é que os homens heterossexuais reagem negativamente quando a sua masculinidade é desafiada ou ameaçada (Kite et al., 2021). Apesar deste padrão de comportamento não se verificar nas crianças mais novas - por também ainda não terem interiorizado tão vincadamente as normas sociais e padrões de género - é frequentemente associado a indivíduos na adolescência.

Assim, num estudo realizado por Neves et al. (2019) verificou-se que os adolescentes do sexo masculino têm maior probabilidade do que as adolescentes de sexo feminino de adotarem comportamentos de *bullying* homofóbico nas escolas. O estudo realizado por Nagoshi et al. (2008) foi consistente com estas afirmações, uma vez que os indivíduos do sexo masculino apresentaram níveis mais elevados de homofobia e transfobia do que as mulheres, tendo estas

diferenças sido significativas. Além disso, no estudo realizado por Kite et al. (2021) verificou-se que, no geral, os homens heterossexuais, em comparação com mulheres heterossexuais, relataram atitudes menos positivas em relação a indivíduos da comunidade LGBTQIA+ numa ampla gama de variáveis, incluindo atitudes em relação a indivíduos homossexuais (tanto homens como mulheres), ao comportamento sexual entre indivíduos do mesmo sexo, assim como em relação aos direitos civis dos membros da comunidade. Os homens heterossexuais também eram mais propensos a atribuir estereótipos associados a indivíduos homossexuais, assim como a relatar situações onde demonstraram ser preconceituosos em relação à orientação sexual (Kite et al., 2021).

## **2.7. Diversidade familiar**

Desde cedo que as sociedades têm como representação normativa de uma família uma família heteroparental, ou seja, constituída por um homem, uma mulher e um ou mais filhos. Esta definição normativa de família prende-se muito com a questão biológica que requer um homem e uma mulher para reproduzir uma criança, sendo este um sistema de família que alia a norma social ao vínculo biológico (Farelo, 2013). Esta representação reflete e surgiu das normas e valores sociais, culturais e religiosos dominantes de como se espera que as famílias devam ser (Walsh, 2016).

No entanto, o mundo, as sociedades e, conseqüentemente, as famílias, têm vindo a sofrer alterações nas últimas décadas. Atualmente, assiste-se a um declínio crucial no número de famílias que dispõem de uma estrutura familiar dita tradicional, devido ao aumento do número de divórcios, coabitações e famílias monoparentais (Pasqualini et al., 2018). Em Portugal, em 1994, por cada cinco casamentos havia um divórcio, e houve uma diminuição da taxa de natalidade de 1970 para 1991, de 7.4 para 7.3 (Relvas & Alarcão, 2002). Este declínio é consistente não só em Portugal como noutros países – em vinte anos, a taxa de divórcio aumentou de 5-10% para 20-30% na Europa Central e de 10-20% para 30-40% na Europa do Norte (Relvas & Alarcão, 2002). No Reino Unido, EUA, Suécia, Dinamarca e Irlanda, aproximadamente 25% das famílias com filhos são famílias monoparentais (Pasqualini et al., 2018). Estas evidências sugerem que o padrão de vida familiar desta geração é certamente mais complexo do que o das gerações anteriores, para quem experimentar uma mudança na estrutura familiar no início da vida era um evento muito menos comum – apenas 10% das famílias britânicas (Pasqualini et al., 2018). Assim, a sociedade parou de se reger por uma única estrutura familiar, passando a haver uma multiplicidade de modelos familiares (Relvas & Alarcão, 2002).

“Estruturas familiares” delineiam os membros da família que estão relacionados por laços de sangue ou legais pressupondo, normalmente, que exista pelo menos uma criança com menos

de 18 anos de idade a residir no agregado familiar. Estruturas específicas incluem dois pais, um dos pais ou “a viver com nenhum dos pais” (e.g. avós ou outros parentes que criam uma criança, famílias que fornecem cuidados adotivos e crianças que vivem em ambientes institucionalizados), pais solteiros com um novo parceiro (casais coabitantes, por exemplo), famílias multigeracionais, famílias binucleares e famílias adotivas (Lang, 2020).

Por conseguinte, as famílias com crianças tornaram-se cada vez mais diversificadas nas últimas décadas, com aumentos significativos na monoparentalidade, na fecundidade de múltiplos parceiros, no surgimento de famílias que coabitam e padrastos/madrastas, assim como com o aumento do número de casais do mesmo sexo criando filhos (Cenegy et al., 2017). Deste modo, apesar da grande maioria das crianças ainda residir com pais biológicos, uma grande proporção de famílias com filhos não se insere na típica rubrica tradicional de uma família nuclear (Cenegy et al., 2017).

Concomitantemente, como consequência destas transformações demográficas, políticas, culturais, económicas e sociais que têm ocorrido na sociedade portuguesa, tem-se vindo a perceber a complexidade e a diversidade existente das formas familiares que indicam que deve haver uma reformulação de conceitos (Sampaio et al., 2011). As novas formas de relacionamento, assim como o aumento das taxas de divórcio e o aumento da percentagem de crianças nascidas fora do seio do casamento, são várias das causas que podemos salientar que contribuíram para o surgimento de novas tipologias familiares (Walsh, 2016). Além disso, houve uma mudança de atitude do homem e da mulher face ao casamento, influenciada por uma diversidade de transformações sociais, culturais e jurídicas, como o aumento de autonomia e liberdade individual, a transformação social do estatuto da mulher e a alteração do modo de encarar o casamento, passando o mesmo a ser uma etapa facultativa do rumo conjugal (Relvas & Alarcão, 2002).

Desse modo, as conceções de “normalidade” e de “família” precisam de ser expandidas para abranger um amplo espectro e incluir as diversas tipologias familiares existentes (Walsh, 2016), só fazendo sentido falar-se de “famílias” no plural (Sampaio et al., 2011). Dentro da literatura sobre diversidade familiar, o termo ‘tradicional’ normalmente refere-se a uma unidade familiar constituída unicamente por uma mãe e um pai, tipicamente casados, e um ou mais filhos biológicos. Outras tipologias familiares passaram a ser definidas como não tradicionais ou complexas em relação a esse padrão hegemónico. As formas familiares alternativas são entendidas como famílias não tradicionais ou complexas porque se afastam do paradigma histórico tradicional ou familiar simples (Cenegy et al., 2017).

## **2.8. Homoparentalidade**

Segundo Battalen et al. (2019), muitos casais LGBTQIA+ recorrem à adoção para formar as suas famílias. Nos últimos 10 anos, o número de famílias homoparentais duplicou, estimando-se que cerca de 23 mil crianças em Portugal sejam criadas por famílias homoparentais (Macieira, 2020).

Face a este aumento da diversidade familiar no último meio século, começaram a surgir cada vez mais questões acerca da saúde e do bem-estar das crianças inseridas em estruturas familiares não tradicionais. Aliás, em 2010, com a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal, houve um aumento do número de estudos que se focavam no bem estar das crianças de famílias homoparentais.

No relatório realizado pela Ordem Portuguesa dos Psicólogos (OPP), que reunia evidências de vários estudos realizados em vários países, evidenciou-se que não existe fundamentação científica para afirmar que a qualidade parental não depende da estrutura familiar (OPP, 2013).

Concomitantemente, no estudo realizado por Cenegy et al. (2017) avaliou-se a relação entre a tipologia familiar e a saúde da criança, em geral, tendo em conta outros fatores importantes como a posição socioeconómica da família, a estabilidade familiar, a saúde dos pais, assim como o status de adoção e etnia da criança. Os resultados sugerem que nos casos em que se verificaram níveis baixos de bem estar e saúde, tal parecia ser em grande parte um produto das diferenças demográficas e socioeconómicas a que a família estava sujeita e não se devia à estrutura familiar em si. Assim, este estudo indicou que não havia evidências credíveis que sustentassem a hipótese de que as crianças criadas por casais do mesmo sexo teriam um pior desempenho ao nível académico, desenvolvimento cognitivo ou social, saúde mental, relações interpessoais ou abuso de substâncias (Cenegy et al., 2017).

Noutro estudo longitudinal realizado com 106 famílias adotivas homoparentais avaliou-se o impacto que diversos fatores parentais têm no ajuste e no desenvolvimento da criança. Os resultados indicaram que em idades mais precoces (i.e., entre os três e os oito anos), o bem estar da criança dependia essencialmente de fatores como as abordagens parentais, assim como o stress, não tendo sido encontrada nenhuma relação com a orientação sexual (Farr, 2017, citado por Battalen et al., 2019). Consequentemente, outros estudos vieram ao encontro destes resultados, evidenciando que a qualidade parental depende principalmente da salvaguarda de um ambiente seguro que garanta todas as necessidades da criança e que lhe dê espaço para a aquisição de conhecimentos, valores e atitudes, não dependendo da estrutura familiar em si (OPP, 2013).

Desta forma, as crianças criadas por casais do mesmo sexo desenvolvem-se tão bem como aquelas criadas por casais de sexos diferentes, no que concerne à qualidade da relação, bem-

estar psicológico, adaptação social (Walsh, 2016), assim como ao nível do ajustamento cognitivo e emocional (Farelo, 2013). Para além disto, também na área das competências parentais não existem diferenças entre casais do mesmo sexo ou de sexo diferente (Macieira, 2020).

Apesar desta evidência científica, as famílias homoparentais são especialmente vulneráveis a ataques implícitos e explícitos de formas de discriminação (Battalen et al., 2019), e esta estigmatização é evidenciada tanto a nível social como também a nível de acesso a cuidados de saúde e aos serviços sociais (Macieira, 2020). Acresce que o preconceito e estigmatização também ocorre no contexto escolar, em que muitas vezes as crianças provenientes deste tipo de famílias experienciam micro agressões e situações discriminatórias por parte de colegas. Tal deve-se, por exemplo, à falta de visibilidade e representação destas tipologias familiares em livros, matérias ou materiais escolares (Battalen et al., 2019). No entanto, apesar destas experiências negativas, os filhos de famílias homoparentais relatam sentimentos positivos face às suas famílias e demonstram ser bastante resilientes na gestão do estigma e preconceito (Battalen et al., 2019). Tal é fruto do trabalho que os pais deste tipo de famílias fazem, de forma a preparar os seus filhos para possíveis situações deste género (Battalen et al., 2019).

Como tal, a discriminação continua a estar presente na vida das famílias homoparentais, cujas capacidades parentais são frequentemente contestadas com base em argumentos que defendem que uma orientação sexual que não seja heterossexual implica uma menor capacidade parental, uma vez que a criança não crescerá com a presença de uma figura materna e paterna (Gato et al., 2015). No entanto, este problema não deriva da tipologia familiar na qual a criança se insere, mas do preconceito sentido pelas outras crianças, sendo por isso iminente intervir e educar desde cedo a população mais jovem, de forma a moldar as suas atitudes e perceções de forma a reduzir este tipo de preconceito.

## **2.9. Objetivos do estudo**

Deste modo, tendo em conta os índices de homofobia reportados tanto nacional e internacionalmente na literatura e visto que não existe muita bibliografia referente ao desenvolvimento do preconceito face à orientação sexual na infância, o principal objetivo desta investigação é entender quais as perceções das crianças e jovens face às diferentes tipologias familiares, mais concretamente, face às famílias homoparentais. Além disso, pretende-se verificar se o contacto com crianças provenientes de famílias homoparentais está associado a representações mais positivas por parte de crianças oriundas de outras tipologias familiares.

Tendo em conta a literatura acima supracitada, foram geradas quatro hipóteses de investigação para este estudo, sendo estas:

H1: As crianças atribuirão menos frases positivas a famílias homoparentais do que a média atribuída a uma família heteroparental;

H2: As crianças do sexo feminino, em comparação às crianças do sexo masculino, irão avaliar de forma mais positiva as famílias homoparentais;

H3: As crianças mais velhas, em comparação com as crianças mais novas, irão avaliar de uma forma mais positiva as famílias homoparentais.

H4: As crianças que tiveram contacto com famílias homoparentais irão avaliá-las de uma forma mais positiva que as crianças que não tiveram contacto.





## CAPÍTULO 3

### Método

#### 3.1. Participantes

Tendo em conta os objetivos deste estudo, para participarem no mesmo, os inquiridos teriam que ser crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos e ter nacionalidade portuguesa.

Este estudo contou com a participação de 73 crianças, com idades compreendidas entre 5 e os 17 anos ( $M = 9.47$ ;  $DP = 3.54$ ), e de nacionalidade Portuguesa (100%). Na presente amostra, 56.2% ( $n = 41$ ) eram do sexo feminino e 43.8% ( $n = 32$ ) eram do sexo masculino. Dos 73 inquiridos, 19.2% ( $n = 14$ ) frequentavam o ensino pré-escolar, 38.4% ( $n = 28$ ) o 1º ciclo, 20.6% ( $n = 15$ ) frequentavam o 2º ciclo, 19.2% ( $n = 14$ ) o 3º ciclo e 2.8% ( $n = 2$ ) frequentavam o ensino secundário.

Dos inquiridos, 76.7% ( $n = 56$ ) pertenciam a uma família nuclear heteroparental, 17.8% ( $n = 13$ ) pertenciam a uma família monoparental, 4.1% ( $n = 3$ ) a uma família reconstituída e 1.4% ( $n = 1$ ) pertencia a uma família homoparental feminina. Dos 73 participantes, 24.7% ( $n = 18$ ) tinham contacto direto com crianças provenientes de famílias homoparentais.

#### 3.2. Instrumento

Este estudo foi baseado numa tese de mestrado, realizada por Farelo (2013). O instrumento utilizado foi antecedido por um breve questionário sociodemográfico, que inquiria a idade e o sexo da criança. A criança era também questionada acerca das pessoas com quem coabitava, assim como do ano de escolaridade que frequentava. O instrumento utilizado foi adaptado por Saphira (1989), do *The Bene Anthony Family Relations Test*, que permite caracterizar as relações familiares e as perceções das crianças face a estas. Esta escala consiste numa tarefa de distribuição de cartões por diversas tipologias familiares. São ao todo 36 itens que pretendem avaliar as atitudes face às famílias apresentadas. Dos 36 itens, 15 são positivos (e.g. Esta família é muito simpática), 15 são negativos (e.g. Esta família não é uma boa família para mim) e 6 itens são sobre a perceção da criança acerca das preferências dos pais/mães e do/a professor/a (e.g. A minha mãe gosta mais desta família/A minha professora gosta mais desta família).

O instrumento é constituído por oito imagens, cada uma representativa de uma tipologia familiar diferente, isto é: família nuclear (mãe, pai e filho/a); família monoparental feminina (mãe e filho/a); família monoparental masculina (pai e filho/a); família homoparental masculina

(dois pais e filho/a); família homoparental feminina (duas mães e filho/a), uma família reconstituída (mãe, pai, filho/a e duas casas/grupos familiares), um casal de sexo diferente com filho/a adotado (adoção interétnica), e um casal de sexo diferente sem filhos. Além destas oito imagens existe uma em branco, representativa do “Sr. Ninguém”. Esta imagem em branco serve para que nenhuma criança se sinta forçada a distribuir todas as frases; o “Sr. Ninguém” do instrumento original pode ser escolhido quando a criança não deseja atribuir alguma frase a qualquer das famílias.

### **3.3. Procedimento**

Para a realização desta investigação foi necessário pedir aprovação do estudo à Comissão de Ética do ISCTE-IUL, uma vez que a população alvo envolve indivíduos menores de idade. A submissão do pedido foi efetuada em dezembro de 2021 e, em janeiro, foi emitido o Parecer Intercalar a informar que havia informação em falta. Assim, foi submetido novamente o formulário para a Comissão de Ética e, no final de fevereiro, obteve-se o Parecer Final 02/2022 recebendo assim aprovação por parte da Comissão de Ética para dar início ao processo de recolha de dados. De seguida, foi submetido um pedido ao Ministério da Educação de modo a poder fazer a recolha de dados em escolas públicas. No entanto, o parecer veio negativo e indicou a necessidade de fornecimento de mais informação. Foi feita uma nova submissão e, após alguns meses de espera, a resposta veio novamente negativa por parte do Ministério. Nesse período de espera, de forma a não depender totalmente da resposta do Ministério de Educação e com o intuito de iniciar o processo de recolha de dados, foi feita uma adaptação ao instrumento de medida para uma versão digital, que tanto poderia ser utilizada para a realização da tarefa online como presencialmente.

Foi também estabelecido o contacto, via email, com diversos colégios privados e ATL's, em que foi feita uma breve apresentação dos objetivos do estudo e enviados os consentimentos informados, tanto para o/a diretor/a do estabelecimento de ensino, como para os/as Encarregados/as de Educação, caso o estabelecimento de ensino concordasse em colaborar. A presente amostra foi então recolhida junto de três instituições de ensino privadas, na área de Lisboa, assim como em dois ATL's, um na zona de Lisboa e outro em Leiria. Além disso, algumas participações foram obtidas por contactos de conveniência.

Na elaboração dos consentimentos informados foram tidas em conta diversas considerações éticas cruciais, como a garantia do anonimato e confidencialidade dos dados, além de que foi garantido aos/às encarregados/as de educação que não seriam mencionados nenhuns conceitos (e.g., gay/lésbica/divórcio/madrasta) de modo a evitar a introdução de conceitos que pudessem, até ao momento, ser desconhecidos para alguma criança.

Na realização da tarefa, antes de a iniciar, apresentava-me brevemente à criança para a colocar mais confortável e à vontade. Inicialmente, era-lhe explicado que, num primeiro momento, iria colocar algumas questões referentes à sua idade, nível de escolaridade e às pessoas com quem coabita. Posteriormente, a criança era convidada a participar num jogo em que tinha de distribuir as várias “mensagens” pelas caixas de correio das diferentes famílias apresentadas. Às crianças mais novas, era explicado o que cada imagem representava (e.g. “Nesta família há dois pais e uma criança, nesta família temos uma senhora e um senhor sem filhos”), sem nunca introduzir à criança novos termos e conceitos (e.g. homossexual, divórcio). Era também explicado à criança que não existiam respostas certas nem erradas e que, se houvesse alguma mensagem que não quisesse distribuir por nenhuma família, também o poderia fazer se assim o desejasse. A criança também era informada que poderia desistir da atividade a qualquer momento.



## CAPÍTULO 4

### Resultados

Na presente secção serão apresentados os resultados, assim como a análise dos dados, que foi feita através do programa informático de tratamento de dados SPSS 27.

#### 4.1. Frases positivas e negativas atribuídas às diferentes tipologias familiares

De forma a analisar a média de frases positivas e negativas atribuídas a cada tipologia familiar, foi feita uma análise descritiva dos dados.

Em relação aos itens positivos, como se pode verificar na tabela 1, a família nuclear heteroparental foi a que obteve a média mais alta de frases positivas atribuídas ( $M= 3.55$ ;  $DP= 3.08$ ), enquanto a família sem filhos foi a que obteve a menor média de itens positivos atribuídos ( $M= 1.14$ ;  $DP= 1.12$ ). A família homoparental feminina apresentou uma média de 2.28 frases positivas atribuídas, enquanto a família homoparental masculina apresentou uma média de 1.58 frases positivas atribuídas.

Além disso, analisou-se o número de frases positivas que foram atribuídas a cada tipologia familiar. Enquanto a família nuclear heteroparental recebeu até 15 frases positivas atribuídas pela mesma criança, esta frequência foi decrescendo nas restantes conjunturas, sendo que o máximo de frases positivas atribuídas por uma mesma criança à família homoparental feminina e masculina foi de 9 e 4, respetivamente.

No que toca à atribuição de frases negativas, como consta na tabela 1, podemos verificar que a família reconstituída foi a que obteve a média mais elevada ( $M= 2.32$ ;  $DP= 2.58$ ), enquanto a família nuclear heteroparental foi a que apresentou a média de itens negativos mais baixa ( $M= 0.54$ ;  $DP= 0.89$ ). A família homoparental feminina obteve uma média de 0.93 frases negativas atribuídas, enquanto a família homoparental masculina obteve uma média de 1.03 frases negativas.

Analisou-se também o número de frases negativas que foram atribuídas a cada tipologia familiar. Enquanto a família nuclear heteroparental recebeu no máximo, 4 frases negativas atribuídas por uma mesma criança, a família homoparental feminina recebeu um máximo de 6 frases negativas. À família homoparental masculina foi atribuída um máximo de 4 frases negativas.

Assim, através desta análise, concluímos que a hipótese 1 de que as crianças atribuirão menos frases positivas a famílias homoparentais do que a média atribuída a uma família heteroparental foi verificada, uma vez que a família nuclear heteroparental foi a que foi avaliada de forma mais positiva ( $M= 3.55$ ) e a que recebeu menos frases negativas ( $M=0.54$ ).

**Tabela 1**

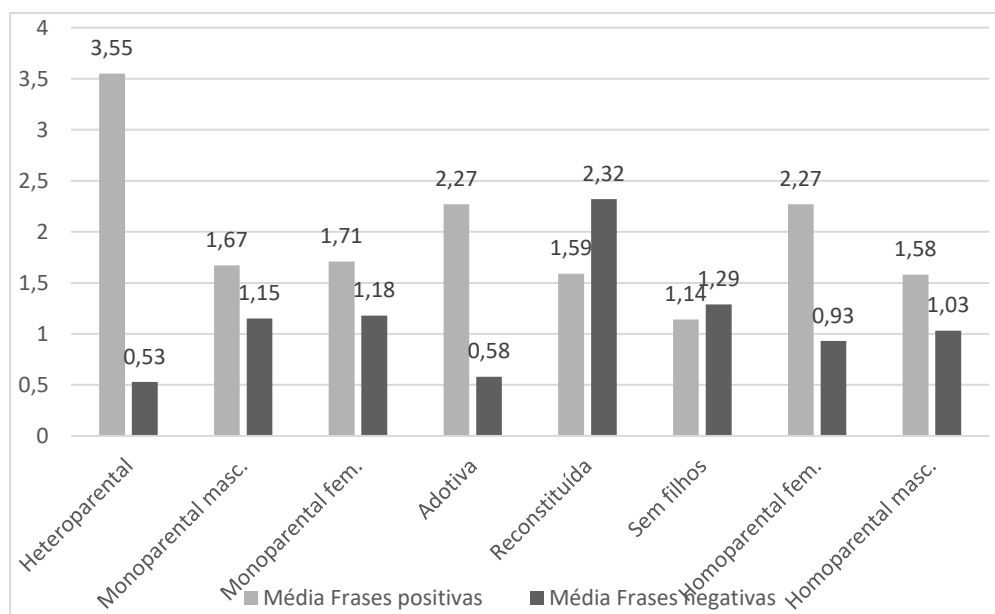
*Média de frases positivas e negativas atribuídas a cada tipologia familiar*

Famílias	Frases Positivas			Frases Negativas	
	N	Média	DP	Média	DP
Heteroparental	73	3.55	3.08	0.53	0.88
Monoparental masculina	73	1.67	1.96	1.15	1.53
Monoparental feminina	73	1.71	1.78	1.18	2.06
Adotiva	73	2.27	1.56	0.58	0.88
Reconstituída	73	1.58	2.30	2.31	2.57
Sem filhos	73	1.14	1.12	1.29	1.61
Homoparental feminina	73	2.27	1.77	0.93	1.39
Homoparental masculina	73	1.58	1.12	1.03	1.24
N válido (de lista)	73				

Estas informações podem ser analisadas no gráfico de barras (figura 1) que nos auxilia a ter uma melhor perceção das discrepâncias no número de frases positivas e negativas atribuídas às diferentes conjunturas familiares.

**Figura 1**

*Médias de frases atribuídas às diferentes tipologias familiares*



#### **4.2. Diferenças entre os participantes do sexo feminino e o masculino na avaliação das diferentes tipologias familiares**

Para analisar as diferenças entre participantes do sexo feminino e o sexo masculino na avaliação das diferentes conjunturas familiares foi realizado um conjunto de test-t, com o sexo como variável independente com o total das frases positivas atribuídas a cada conjuntura familiar como variáveis dependentes.

Ao analisar a tabela 2 verificamos que as participantes do sexo feminino atribuíram, em média, 2.71 frases positivas à família homoparental feminina ( $M= 2.71$ ;  $DP= 1.89$ ) e os participantes do sexo masculino atribuíram, em média, 1.72 frases positivas ( $M= 1.72$ ;  $DP= 1.47$ ). Através da análise do teste-t podemos verificar que existem diferenças significativas na atribuição de frases positivas à família homoparental feminina ( $t(71)= 2.52$ ;  $p= 0.01$ ) e à família homoparental masculina ( $t(71)= 2.26$ ;  $p= 0.03$ ) entre o sexo feminino e o sexo masculino. Além disso, verificaram-se diferenças significativas entre sexos na atribuição de frases positivas à família nuclear heteroparental ( $t(71)= -2.26$ ;  $p= 0.03$ ), assim como à família monoparental masculina ( $t(71)= -2.31$ ;  $p= 0.03$ ).

Em relação às frases negativas, percebemos que as crianças do sexo feminino atribuíram, em média, 0.93 frases negativas à família homoparental feminina, enquanto as crianças do sexo masculino atribuíram, em média, 0.94 frases negativas (tabela 2). No que se refere às famílias homoparentais masculinas, foi-lhes atribuída uma média de 0.86 e 1.24 frases negativas, pelas crianças do sexo feminino e do sexo masculino, respetivamente. Através da análise do teste-t (tabela 2) verificamos que não existiram diferenças significativas na atribuição de frases negativas à família homoparental feminina ( $t(71)= -0.03$ ;  $p= 0.98$ ) entre o sexo feminino e o sexo masculino. O mesmo aconteceu para a família homoparental masculina, em que também não existiram diferenças significativas na atribuição de frases entre ambos os sexos ( $t(57)= -1.33$ ;  $p= 0.19$ ). Também não se verificaram diferenças entre sexos na atribuição de frases negativas nas restantes tipologias familiares.

Assim, podemos afirmar que a hipótese 2 de que as crianças do sexo feminino, em comparação às crianças do sexo masculino, irão avaliar de forma mais positiva as famílias homoparentais verifica-se em parte, uma vez que as crianças do sexo feminino atribuíram mais frases positivas (embora as diferenças ao nível das frases negativas não tivessem sido significativas).

#### **Tabela 2**

*Diferenças entre sexos no número de frases positivas e negativas atribuídas às diferentes tipologias familiares*

	Sexo	Frases Positivas			Frases Negativas		
		M	DP	t (p value)	Média	DP	t (p value)
Heteroparental	F	2.81	2.12	-2.26(.03*)	.54	.95	.03(.98)
	M	4.50	3.81		.53	.80	
Monoparental masculina	F	1.17	0.80	-2.31 (.03*)	1.37	1.71	1.37(.17)
	M	2.31	2.71		0.88	1.21	
Monoparental feminina	F	1.88	2.00	.90(.37)	0.93	1.39	-1.19(.24)
	M	1.50	1.44		1.50	2.68	
Adotiva	F	2.37	1.58	.57(.57)	0.68	0.99	1.19(.24)
	M	2.16	1.55		0.44	0.72	
Reconstituída	F	1.42	1.99	-.73(.47)	2.49	2.82	.65(.52)
	M	1.81	2.67		2.09	2.23	
Sem filhos	F	1.09	1.04	-.34(.74)	1.19	1.40	-.55(.58)
	M	1.19	1.23		1.41	1.86	
Homoparental feminina	F	2.71	1.89	2.44(.02*)	0.93	1.54	-.03(.97)
	M	1.72	1.47		0.94	1.19	
Homoparental masculina	F	1.83	1.05	2.26 (.03*)	0.85	1.09	-1.37(.18)
	M	1.25	1.14		1.25	1.39	

Nota: \*  $p < 0.05$ ;

#### 4.3. Diferenças entre idades na avaliação das diferentes tipologias familiares

Para fazer a análise das diferenças entre idades na avaliação das diferentes conjunturas familiares, foi feita a codificação da variável idade em duas faixas etárias, baseadas na mediana para a amostra recolhida – crianças dos 5 aos 9 anos e dos 10 aos 17 anos.

Ao analisar a tabela 3 verificamos que as crianças da faixa etária dos 5 aos 9 anos atribuíram uma média de 2.35 frases positivas à família homoparental feminina. Já as crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos atribuíram uma média de 2.18 frases positivas. Em relação à família homoparental masculina, as crianças da faixa etária dos 5 aos 9 anos atribuíram-lhe, em média,



1.4 frases positivas, enquanto as crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos atribuíram, em média, 1.79 frases positivas. Ao analisar os resultados do teste-t concluímos que as diferenças entre as duas faixas etárias na atribuição de frases positivas à família homoparental feminina não foram estatisticamente significativas ( $t(71)= 0.40$ ;  $p= .69$ ). O mesmo aconteceu com a família homoparental masculina ( $t(71)= -1.49$ ;  $p= .14$ ).

No que toca à atribuição de frases negativas, podemos verificar que as crianças da faixa etária dos 5 aos 9 anos atribuíram uma média de 1.15 à família homoparental feminina enquanto as crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos atribuíram uma média de 0.67 frases (tabela 3). À família homoparental masculina, as crianças da faixa etária dos 5 aos 9 anos atribuíram uma média de 1.10 frases negativas, enquanto as crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos atribuíram uma média de 0.94 frases negativas (tabela 3). No entanto, estas diferenças não foram significativas nem na família homoparental feminina ( $t(71)= 1.49$ ;  $p= 0.14$ ), nem na família homoparental masculina ( $t(71)= 0.55$ ;  $p= 0.58$ ).

Assim, ao realizar esta análise podemos afirmar que a hipótese 3 (as crianças mais velhas, em comparação com as crianças mais novas, irão avaliar de uma forma mais positiva as famílias homoparentais), não se verificou. Contudo, apesar de não ter atingido significância estatística, verificou-se uma tendência para as crianças mais velhas atribuírem menos frases negativas a ambas as famílias homoparentais (em particular, à homoparental feminina). Na atribuição de frases positivas, as crianças mais novas, comparativamente às crianças mais velhas, avaliaram de forma mais positiva a família homoparental feminina, mas o mesmo não se verificou na família homoparental masculina, que recebeu mais frases positivas das crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos. De novo, salientamos que estas diferenças não atingiram significância, sendo os valores de frases atribuídas baixos. Porém, houve diferenças significativas na atribuição de frases positivas e negativas à família nuclear heteroparental, com as crianças mais velhas a avaliarem estas com mais frases positivas e menos frases negativas.

### **Tabela 3**

*Diferenças entre idades na atribuição de frases positivas e negativas às diferentes tipologias familiares*

Famílias/Frases	5 aos 9 anos (n= 40)		10 aos 17 anos (n= 33)		t (sig)
	M	DP	M	DP	
<b>Heteroparental</b>					
Frases positivas	2.88	3.16	4.36	2.82	-2.11 (.04*)
Frases negativas	0.80	1.04	.21	0.49	3.17 (.002*)

<b>Monoparental masculina</b>					
Frases positivas	2.10	2.45	1.15	0.91	2.11 (.04*)
Frases negativas	1.63	1.79	0.58	0.83	3.30 (.002*)
<b>Monoparental feminina</b>					
Frases positivas	1.60	1.17	1.85	2.32	-.59 (.56)
Frases negativas	1.55	2.53	0.73	1.15	1.84 (.07)
<b>Adotiva</b>					
Frases positivas	2.23	1.64	2.33	1.47	-.29 (.77)
Frases negativas	0.80	0.94	0.30	0.73	2.55 (.01*)
<b>Reconstituída</b>					
Frases positivas	2.20	2.50	.85	1.80	2.59 (.01**)
Frases negativas	1.95	2.54	2.76	2.57	-1.34 (.18)
<b>Sem filhos</b>					
Frases positivas	1.43	1.28	0.79	0.79	2.50 (.01**)
Frases negativas	1.40	1.69	1.15	1.52	.65 (.52)
<b>Homoparental feminina</b>					
Frases positivas	2.35	1.81	2.18	1.76	.40 (.69)
Frases negativas	1.15	1.25	0.67	1.51	1.49 (.14)
<b>Homoparental masculina</b>					
Frases positivas	1.40	0.98	1.79	1.24	-1.49 (.14)
Frases negativas	1.10	1.17	0.94	1.32	.55 (.58)

Nota: \*  $p < 0.05$ ; \*\*  $p < 0.01$

#### 4.4. Diferenças entre crianças com e sem contacto com famílias homoparentais

Ao fazer uma análise à tabela 4 concluímos que as crianças sem contacto atribuíram uma média de 2.27 frases positivas à família homoparental feminina, e as crianças com contacto atribuíram uma média de 2.28 frases positivas. No caso da família homoparental masculina, as crianças sem contacto atribuíram-lhe, em média, 1.57 frases positivas, enquanto as crianças com contacto atribuíram, em média, 1.61 frases positivas. Ao analisar os resultados do teste-t verificamos que não existiram diferenças significativas na atribuição de frases positivas à

família homoparental feminina entre as crianças com e sem contacto com famílias homoparentais ( $t(71) = -0.10$ ;  $p = 0.99$ ). O mesmo aconteceu com a família homoparental masculina ( $t(71) = -0.16$ ;  $p = 0.88$ ).

Em relação à atribuição de frases negativas, verificou-se que as crianças sem contacto atribuíram uma média de 0.96 frases à família homoparental feminina, enquanto as crianças com contacto atribuíram uma média de 0.83 frases. À família homoparental masculina, as crianças sem contacto atribuíram uma média de 1.01 frases negativas, enquanto as crianças com contacto atribuíram uma média de 0.89 frases negativas. Mais uma vez, estas diferenças não foram significativas nem na família homoparental feminina ( $t(71) = 0.34$ ;  $p = 0.73$ ) nem na família homoparental masculina ( $t(71) = 0.55$ ;  $p = 0.59$ ). Também não houve diferenças significativas na atribuição de frases negativas às restantes tipologias familiares.

Assim, podemos verificar que a Hipótese 4 de que as crianças que tiveram contacto com famílias homoparentais irão avaliá-las de uma forma mais positiva que as crianças que não tiveram contacto, não se verificou, uma vez que não existiram diferenças significativas entre os dois grupos na avaliação das famílias.

#### **Tabela 4**

*Diferenças na atribuição de frases positivas e negativas nas crianças com e sem contacto com famílias homoparentais*

<b>Famílias/Frases</b>	<b>Sem contacto (n= 55)</b>		<b>Com contacto (n= 18)</b>		<b>t (p value)</b>
	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	
<b>Heteroparental</b>					
Frases positivas	3.71	3.21	3.05	2.65	.78 (.44)
Frases negativas	0.60	0.95	0.33	0.59	1.40 (.17)
<b>Monoparental masculina</b>					
Frases positivas	1.57	2.18	1.67	1.08	.01 (.99)
Frases negativas	1.15	1.58	1.17	1.38	-.05 (.96)
<b>Monoparental feminina</b>					
Frases positivas	1.84	1.93	1.33	1.14	1.04 (0.30)
Frases negativas	1.25	2.23	0.94	1.43	.55 (.58)
<b>Adotiva</b>					
Frases positivas	2.13	1.49	2.72	1.71	-1.42 (.16)

Frases negativas	0.60	0.93	0.50	0.71	.42 (.68)
<b>Reconstituída</b>					
Frases positivas	1.55	2.32	1.72	2.32	-.28 (.78)
Frases negativas	2.07	2.39	3.06	3.02	-1.26 (.22)
<b>Sem filhos</b>					
Frases positivas	1.15	1.10	1.11	1.23	.11 (.91)
Frases negativas	1.09	1.42	1.89	2.03	-1.85 (.07)
<b>Homoparental</b>					
<b>feminina</b>					
Frases positivas	2.27	1.87	2.28	1.49	-.01 (.99)
Frases negativas	0.96	1.48	0.83	1.10	.34 (.73)
<b>Homoparental</b>					
<b>masculina</b>					
Frases positivas	1.56	1.15	1.61	1.04	-.16 (.88)
Frases negativas	1.07	1.29	0.89	1.08	.29 (.59)

Apesar do contacto não ser condição suficiente para produzir um efeito significativo no número de frases atribuídas às famílias homoparentais, foi explorado o papel que este desempenha na interação com outras variáveis, designadamente o sexo da criança. Assim, foi feita uma ANOVA a dois fatores, com a variável número de frases positivas atribuídas à família homoparental masculina como variável dependente e as variáveis “contacto” e “sexo” como variáveis independentes. Ao analisar a Tabela 5, verificamos que o efeito de interação entre o contacto com famílias homoparentais e o sexo é significativo no número de frases positivas atribuídas à família homoparental masculina ( $F(1,69)= 5.41, p= 0.03$ ). Através da análise da figura 2 verificamos que esta interação foi significativa para as crianças do sexo masculino – os rapazes que não têm contacto com famílias homoparentais avaliam de forma mais negativa este tipo de famílias do que os rapazes que têm contacto. Foi feita igualmente uma ANOVA para avaliar esta interação na atribuição de frases positivas às famílias homoparentais femininas, mas não houve nenhum efeito significativo na relação entre as duas variáveis. Finalmente, também não houve efeitos significativos na relação entre estas duas variáveis na atribuição de frases negativas, tanto na família homoparental masculina como na família homoparental feminina.

Foi ainda explorada a interação entre o contacto e a idade, não tendo sido encontrados efeitos significativos de interação ao nível da atribuição de frases, tanto positivas como negativas, às famílias homoparentais.

### Tabela 5

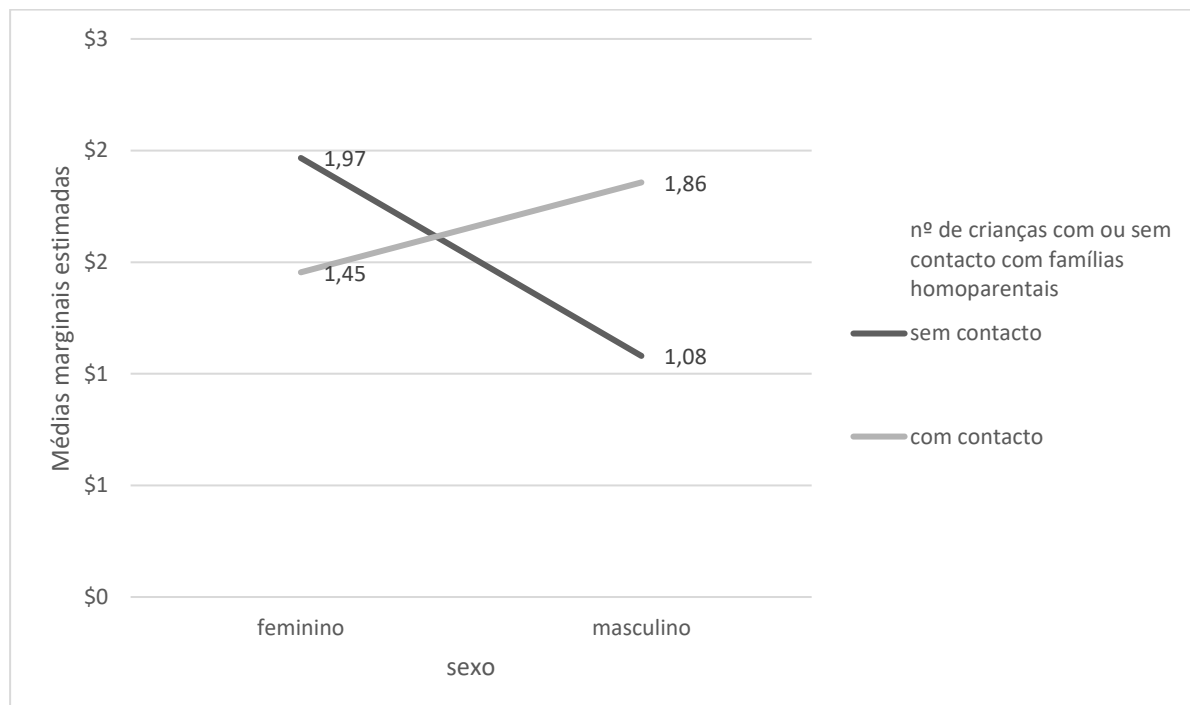
*Efeito de interação entre o sexo e o contacto na atribuição de frases positivas às famílias homoparentais masculinas*

	Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Modelo	11.45	3	3.81	3.36	.024*
Sexo	0.76	1	0.76	0.67	.415
Contacto	0.23	1	0.23	0.20	.655
Contacto*Sexo	5.41	1	5.41	4.76	.032*

Nota: \*p < 0.05

### Figura 2

*Efeito de interação entre o sexo e o contacto na atribuição de frases positivas às famílias homoparentais masculinas*





## CAPÍTULO 5

### Discussão

Esta dissertação tinha como principal objetivo servir como um contributo para uma melhor compreensão do desenvolvimento do preconceito em crianças e adolescentes, em particular em relação à orientação sexual. Mais especificamente, este estudo pretendia aferir se existiam diferenças nas perceções entre crianças do sexo feminino e masculino e se essas diferenças eram mais acentuadas entre crianças mais jovens e mais velhas. Além disso, pretendia verificar se o contacto com crianças provenientes de famílias homoparentais (e.g. conhecer alguma criança ou ter amigos/as com duas mães ou dois pais) resulta em diferenças na representação que as crianças oriundas de diversas famílias têm deste tipo de famílias. Para tal, reuniram-se 73 participantes com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos. Através da análise dos dados, verificámos que a família heteroparental foi a família que foi avaliada da forma mais positiva, em comparação às restantes tipologias familiares. Verificou-se também uma diferença na avaliação das famílias homoparentais entre sexos, e uma tendência para alguma diferença entre idades. Além disso, verificou-se um efeito de interação entre o sexo e o ter/não ter contacto na atribuição de frases positivas à família homoparental masculina – esta interação foi significativa para as crianças do sexo masculino que tiveram contacto e para as que não tiveram.

A hipótese 1 postula que a família heteroparental ia ser avaliada de forma mais positiva do que as restantes tipologias familiares. Esta hipótese verificou-se, uma vez que a família heteroparental foi a família que recebeu o maior número de frases positivas e a que recebeu o menor número de frases negativas. No entanto, ao contrário do que era expectável, as famílias homoparentais feminina e masculina não foram as famílias que foram avaliadas de forma mais negativa. A família reconstituída foi a tipologia familiar que recebeu o maior número de frases negativas tendo sido a única tipologia familiar a receber uma média de frases negativas superior à média de frases positivas.

Face às mudanças políticas, sociais e demográficas que têm vindo a ocorrer nas últimas décadas, foram surgindo várias estruturas familiares diferentes da estrutura familiar normativa, constituída por um homem, uma mulher e um ou mais filhos (Sampaio et al., 2011). Esta representação tradicional de família reflete as normas e valores, sociais, culturais e religiosos dominantes, que moldam as sociedades e as formas como estas reagem e agem (Cenegy et al., 2017). Estas normas sociais são adquiridas e interiorizadas pelas crianças, logo desde cedo

(Kite et al., 2021). Apesar das crianças terem acesso às diversas tipologias familiares existentes, estes resultados indicam que as crianças, no geral, têm uma representação mais positiva da família nuclear heteroparental do que das restantes tipologias familiares, regendo-se pela representação normativa de “família”. Ao analisarmos a figura 1 é evidente a preferência pela família heteroparental – enquanto esta família recebeu uma média de 3 a 4 frases positivas, as restantes famílias receberam entre 1 a 2 frases positivas.

Concomitantemente, como se pode observar na figura 1, a família que recebeu a segunda melhor avaliação foi a família adotiva. A representação apresentada à criança desta família consistia num pai, numa mãe e numa filha. Uma vez que não foram utilizados conceitos que pudessem ser desconhecidos à criança (e.g. adoção, divórcio, gay, lésbica) estes resultados, de certa forma, reforçam a ideia de que as crianças percecionam a família heteroparental mais positivamente do que as restantes famílias, porque apesar do desenho representar outra conjuntura familiar, continua a tratar-se de uma família constituída por um casal de sexo diferente. Singularmente, a família que recebeu o maior número de frases negativas – e a única família a receber uma média de frases negativas superior à média de frases positivas - foi a família reconstituída que, apesar de continuar a representar uma família heteroparental, desafia a estrutura tradicional por não ter os dois progenitores a coabitar. Este resultado pode ser explicado pela representação que as crianças têm desta tipologia familiar – que frequentemente é vista como uma “perda” pelas crianças. Segundo Piaget (1928), quando é pedido às crianças para definirem “família”, a coabitação é uma das características mais frequentemente referidas, principalmente nas crianças que se encontram no estágio pré-operatório do desenvolvimento cognitivo (dos 2 até aos 7-8 anos de idade).

No que concerne à hipótese 2, esta hipótese propunha que as crianças do sexo feminino iriam avaliar de forma mais positiva as famílias homoparentais, comparativamente às crianças do sexo masculino. Esta hipótese foi verificada, uma vez que existiram diferenças significativas entre ambos os sexos na atribuição de frases positivas, sendo que as crianças do sexo feminino atribuíram uma média de frases positivas superior à média de frases atribuída pelas crianças do sexo masculino, tanto à família homoparental feminina como à masculina. Além disso, apesar destas diferenças não terem sido significativas, a média de frases negativas atribuída pelas crianças do sexo feminino também foi menor do que a média de frases atribuída pelas crianças do sexo masculino, em ambas as famílias homoparentais. Este padrão verificou-se tanto na faixa etária das crianças mais novas, como na faixa etária das crianças dos 10 aos 17 anos. Assim, de uma forma geral, podemos afirmar que as crianças do sexo feminino avaliaram de forma mais positiva as famílias homoparentais do que as crianças do sexo masculino.



Deste modo, podemos afirmar que os resultados deste estudo vão ao encontro da literatura. Segundo Kite et al. (2021) as sociedades regem-se por um sistema de crenças de género, que engloba diversos estereótipos associados ao género e às atitudes que são expectáveis de cada um. Estas normas e papéis de género são codificados e interiorizados desde a infância. Segundo Kite et al. (2021), nas crianças do sexo masculino, esses papéis de género são vinculados ao incentivarem as crianças a evitar comportamentos/atitudes mais comumente associados ao sexo feminino (e.g. “os rapazes são mais fortes; os rapazes não choram”). Esta norma social leva a que os homens heterossexuais, e comumente os adolescentes, reajam de forma negativa quando a sua masculinidade é desafiada ou ameaçada (Kite et al., 2021) – o que poderá explicar a tendência verificada neste estudo de as crianças do sexo masculino da faixa etária dos 10 aos 17 anos avaliarem de forma mais negativa ambas as famílias homoparentais, em comparação às crianças do sexo feminino. Além disso, segundo Neves et al. (2019), os adolescentes do sexo masculino têm maior probabilidade de adotarem comportamentos de *bullying* homofóbico nas escolas, comparativamente às adolescentes de sexo feminino, o que reforça a hipótese de que as crianças do sexo masculino são mais preconceituosas do que as crianças do sexo feminino.

No que concerne à hipótese 3, de que as crianças mais velhas, em comparação com as crianças mais novas, iriam avaliar as famílias homoparentais de forma mais positiva, esta não atingiu valores significativos, apesar de uma tendência ser verificada parcialmente, designadamente, as crianças mais velhas atribuíram menos frases negativas a ambas as famílias homoparentais. No entanto, na atribuição de frases positivas, as crianças mais novas, comparativamente às crianças mais velhas, avaliaram de forma mais positiva a família homoparental feminina, mas o mesmo não se verificou na família homoparental masculina, que recebeu mais frases positivas das crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos.

Segundo Nelson (2009), as crianças com 5/6 anos já são capazes de identificar categorias sociais e de distinguir grupos com base em diferenças e semelhanças entre eles. É comum nas crianças desta idade atribuírem características mais positivas ao *ingroup* e mais características negativas ao *outgroup* (Nelson, 2009) – aliás, um estudo realizado por Raabe e Beelmann (2011) evidenciou que o preconceito aumenta no início (por volta dos 4 anos) e ao longo da infância (5-7 anos). Na presente amostra, existem 40 participantes na faixa etária dos 5 aos 9 anos, sendo que destes, 25 têm 5 e 7 anos (62.5%). Tendo em conta as teorias de desenvolvimento acima supracitadas, na faixa etária dos 5 aos 9 anos, 62.5% das crianças encontra-se na idade em que, segundo Raabe e Beelmann (2011), o preconceito não é tão contido. Além disso, neste estudo a maioria das crianças é oriunda de uma família nuclear

heteroparental (76.7%), sendo expectável que as crianças avaliem mais positivamente a tipologia familiar semelhante à qual elas pertencem (ou seja, ao *ingroup*).

Em relação às crianças da faixa etária dos 10 aos 17 anos, os resultados do estudo vão ao encontro da literatura, uma vez que estas tenderam a avaliar as famílias homoparentais menos negativamente do que as crianças mais novas. Estes resultados eram expectáveis, uma vez que, segundo as teorias cognitivas de desenvolvimento, a partir dos 8-10 anos, as crianças começam a controlar os seus preconceitos e a avaliar conscientemente os grupos sociais – neste caso, as diferentes famílias – consoante os padrões e normas sociais de igualdade da sociedade (Raabe & Beelmann, 2011). Assim, uma vez que nestas idades as crianças já têm bem interiorizadas as normas sociais, normas de antipreconceito e antirracistas, é plausível hipotizar que estas possam estar a expressar formas dissimuladas de preconceito, isto é, preconceito subtil. Este tipo de preconceito tem por base as normas sociais presentes na sociedade, que levam os indivíduos a conter os seus preconceitos, por pressão das normas e devido à desejabilidade social (Macieira, 2020).

Em relação à hipótese 4, de que as crianças que tiveram contacto com famílias homoparentais iriam avaliá-las de uma forma mais positiva que as crianças que não tiveram contacto, esta hipótese não se verificou. Nesta investigação, o número de frases positivas atribuídas à família homoparental feminina entre os dois grupos foi muito próximo (2 frases positivas quer para as crianças sem contacto quer para as crianças com contacto), tendo-se verificado o mesmo padrão na família homoparental masculina (1 a 2 frases positivas quer para as crianças sem contacto quer para as crianças com contacto). Na atribuição de frases negativas, verificou-se a mesma tendência, também em ambas as famílias homoparentais. Assim, os resultados deste estudo não vão ao encontro da literatura. Esta discordância entre a literatura e os resultados pode dever-se ao papel do contacto indireto com a homoparentalidade/com a comunidade LGBTQIA+, no geral. Desde os anos 80/90, que o conteúdo televisivo ficcional começou a introduzir personagens membros da comunidade LGBTQIA+, tendo havido um aumento significativo da representação da comunidade tanto em séries, como em filmes, e até nos canais de notícias (Ayoub & Garretson, 2017). Além disso, as crianças participantes neste estudo só experienciaram este contexto sistémico, que incluí na esfera política e legal questões relacionadas com os direitos civis da comunidade LGBTQIA+, como o casamento homoafetivo e a adoção - traduzindo-se numa visibilidade muito maior dos membros da comunidade. Assim, apesar de neste estudo só explorarmos o papel do contacto direto na representação que as crianças têm das famílias homoparentais, é plausível assumir que o contacto indireto possa ter tido um papel nessa representação mais positiva da homoparentalidade.

Por fim, foi explorado o papel que o contacto desempenha na interação com outras variáveis, com o intuito de perceber se existiam diferenças significativas na representação das famílias homoparentais. Ao explorar a interação do contacto com o sexo da criança participante, foram encontradas diferenças significativas no número de frases positivas atribuídas à família homoparental masculina. Como se verificou na figura 2, estas diferenças foram significativas ao nível da interação entre sexo e contacto, com diferenças entre os rapazes com e sem contacto direto (os rapazes sem contacto atribuíram uma média de menos frases positivas do que os rapazes com contacto). No entanto, esta tendência não se verificou nas raparigas. Assim, podemos afirmar que o contacto direto, para as crianças do sexo masculino, tem um impacto positivo na representação que estas crianças têm das famílias homoparentais, em particular das homoparentais masculinas.

Tendo por base a revisão de literatura realizada, podemos hipotizar que estas diferenças se verificaram unicamente nos rapazes, pela questão dos papéis de género, que são mais rígidos nos indivíduos do sexo masculino. A literatura aponta para esta tendência de que os indivíduos do sexo masculino avaliam de forma mais negativa os membros da comunidade LGBTQI+ do que os indivíduos do sexo feminino. Por exemplo, no estudo realizado por Kite et al. (2021) evidenciou-se que os homens avaliaram mais negativamente os membros da comunidade LGBTQIA+, em diversas variáveis, do que as mulheres. Neste estudo, também se verificou que os homens possuíam mais crenças estereotipadas em relação a cada sexo, do que as mulheres, o que pode explicar o efeito positivo que o contacto teve nas crianças do sexo masculino.

### **5.1. Limitações e recomendações futuras**

Este estudo apresentou algumas limitações, tendo sido a principal a dificuldade em construir a amostra. Devido à demora em receber uma resposta por parte do Ministério da Educação, não foi possível fazer a recolha de dados em escolas públicas, só em escolas privadas – como muitas são de cariz religioso, não se disponibilizaram para realizar a recolha nas instituições. Além disso, uma vez que a participação no estudo exigia um consentimento informado assinado por parte do encarregado de educação, a recolha foi feita de forma bastante lenta, até conseguir atingir-se o número mínimo desejado de participantes.

Concomitantemente, outra limitação foi a dificuldade em encontrar participantes que cumprissem com o requisito do contacto com crianças provenientes de famílias homoparentais – o que se traduziu numa discrepância grande entre o número de crianças com ( $n= 18$ ) e sem contacto (= 55). Outra limitação prende-se com a aplicação do instrumento em formato digital, que pode não ter sido tão apelativo para a criança como o instrumento na versão presencial,

utilizado no estudo no qual este se baseia (Farelo, 2013). Por último, o instrumento em si tem sido utilizado de forma exploratória e carece de maior validação.

Deste modo, em investigações futuras seria importante replicar este estudo, mas com uma amostra de crianças maior, principalmente o grupo das crianças com contacto com famílias homoparentais. Uma amostra de crianças com contacto direto de maior dimensão resultaria numa melhor compreensão do impacto do contacto direto na representação desta tipologia familiar e permitia maior generalização dos resultados à população.

Além disso, seria importante explorar o papel do contacto indireto, para além do contacto direto, na realização da tarefa com a criança, de forma a aferir o possível impacto que este possa ter na avaliação das famílias homoparentais. Por fim, a aplicação do instrumento devia ser feita em formato físico e não digital, de forma a tornar a atividade o mais apelativa e lúdica possível para a criança.

Em suma, o presente estudo contribuiu para um melhor entendimento do desenvolvimento do preconceito face à orientação sexual na infância e na adolescência, sendo este um contributo valioso, uma vez que a investigação na área é escassa. Considera variáveis como o contacto, que não foram consideradas em estudos anteriores, servindo como um possível ponto de partida para investigações futuras. Apesar das mudanças sociopolíticas presenciadas ao longo dos anos no que concerne à diversidade sexual, os índices de preconceito sexual reportados em indicadores nacionais, internacionais, assim como na literatura continuam a ser preocupantes.

É, por isso, emergente a realização de mais estudos em redor desta temática, principalmente com crianças e adolescente, visto que o preconceito continua a grassar nestas faixas etárias – apesar da presença do preconceito ser problemática em qualquer setor da comunidade, é uma preocupação particular a disseminação deste na infância. Também se reveste da maior importância explorar a questão do desenvolvimento do preconceito sexual nas crianças, uma vez que existe pouco consenso em redor de muitas questões centrais.

## Capítulo 6

### Referências

- Allport, G. W., Clark, K., & Pettigrew, T. (1954). *The nature of prejudice* (1ª ed.). Addison-Wesley Publishing Company. <https://doi.org/10.2307/3791349>
- Adeline Wyman Battalen, Rachel H. Farr, David M. Brodzinsky & Ruth G. McRoy (2019) Socializing Children About Family Structure: Perspectives of Lesbian and Gay Adoptive Parents, *Journal of GLBT Family Studies*, 15:3, 235-255, DOI:10.1080/1550428X.2018.1465875
- António, R., Guerra, R., & Moleiro, C. (2017). Ter amigos com amigos gays/lésbicas? O papel do contacto alargado, empatia e ameaça nas intenções comportamentais assertivas dos bystanders. *PSICOLOGIA*, 31(2), 15–24. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v31i2.1138>
- Antunes, R. J. D. S. (2008). Identificação partidária e comportamento eleitoral: factores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Ayoub, P. M., & Garretson, J. (2017). Getting the message out: Media context and global changes in attitudes toward homosexuality. *Comparative political studies*, 50(8), 1055-1085.
- Bird, J. D., Kuhns, L., & Garofalo, R. (2012). The impact of role models on health outcomes for lesbian, gay, bisexual, and transgender youth. *Journal of Adolescent Health*, 50(4), 353-357.
- Bishin, B. G., Hayes, T. J., Incantalupo, M. B., & Smith, C. A. (2016). Opinion backlash and public attitudes: Are political advances in gay rights counterproductive?. *American Journal of Political Science*, 60(3), 625-648.
- Carlos, J. F. R. A. (2018). Preconceito racial em crianças: influência da identificação e pertença grupal (Dissertação de Mestrado). Universidade de Évora.
- Cascals, A. F. (2016). A homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX. *International Journal of Iberian Studies*, 29(2), 95-112.
- Cenegy, L. F., Denney, J. T., & Kimbro, R. T. (2017). Family diversity and child health: Where do same-sex couple families fit?. *Journal of Marriage and Family*, 80(1), 198-218.
- CIG. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/area-lgbti/enquadramento/>. Acesso em novembro, 2021.

- Costa, P. A., Pereira, H., & Leal, I. (2015). "The contact hypothesis" and attitudes toward same-sex parenting. *Sexuality Research and Social Policy*, 12(2), 125-136.
- ECRI. Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância. RELATÓRIO DA ECRI SOBRE PORTUGAL (2018).
- FRA. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Homofobia e Discriminação em razão da Orientação Sexual e da Identidade de Género nos Estados-Membros da UE (2009).
- Farelo, C. R. (2013). Como as crianças vêem a homoparentalidade: um contributo para a compreensão do desenvolvimento do preconceito sobre a orientação sexual. (Dissertação de Mestrado). ISCTE-IUL.
- Gato, J., Fontaine, A. M., Leme, V. B. R., & Leme, A. A. (2015). Homofobia transatlântica: preconceito contra lésbicas e gays em Portugal e no Brasil. *Temas em Psicologia*, 23(3), 701-713.
- Herek, G. M., & Glunt, E. K. (1993). Interpersonal contact and heterosexuals' attitudes toward gay men: Results from a national survey. *Journal of sex research*, 30(3), 239-244.
- Herek, G. (2000). Homosexuality. In A. Kadzin, *Encyclopedia of Psychology* (Vol. 4, pp. 149-153). Washington; New York: American Psychological Association; Oxford.
- Kite, M. E., Whitley Jr, B. E., Buxton, K., & Ballas, H. (2021). Gender Differences in Anti-Gay Prejudice: Evidence for Stability and Change. *Sex Roles*, 85(11), 721-750.
- Lang, D. (2020). *Parenting and family diversity issues*. Iowa State University.
- Louro, R. A. (2018). Homossexualidade e resistência durante a ditadura portuguesa: estudos de caso (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa.
- Macieira, F. D. A. (2020). Adoção homoparental. (Dissertação de Mestrado). Universidade da Beira Interior.
- McKay, C. (2018). The Value Of Contact: Unpacking Allport's Contact Theory to Support Inclusive Education. *Palaestra*, 32(1).
- Nagoshi, J. L., Adams, K. A., Terrell, H. K., Hill, E. D., Brzuzy, S., & Nagoshi, C. T. (2008). Gender differences in correlates of homophobia and transphobia. *Sex roles*, 59(7), 521-531.
- Nelson, T. D. (2009). *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*. Psychology Press.
- Nesdale, D. (1999). Social identity and ethnic prejudice in children. *Psychology and society*, 92-110.
- Neves, S., Borges, J., Silva, E., Vieira, CP, & Sousa, AN (2019). Bullying homofóbico: Crenças e práticas de Estudantes do Ensino Superior em Portugal. *Psychology*, 33 (2), 47-59.

- Nogueira, C., Oliveira, J. M., Almeida, M. V., Costa, C. G., Rodrigues, L., & Pereira, M. (2010). Estudos sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- Norris, P., & Inglehart, R. (2009). *Cosmopolitan communications: Cultural diversity in a globalized world*. Cambridge University Press.
- Portugal. Ordem dos Psicólogos Portugueses, (2013). Relatório de evidência científica psicológica sobre relações familiares e desenvolvimento infantil nas famílias homoparentais.  
[https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relataorio\\_de\\_evidencia\\_cientifica\\_psicologica\\_sobre\\_as\\_relaes\\_familiares\\_e\\_o\\_desenvolvimento\\_infantil\\_nas\\_familias.pdf](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/relataorio_de_evidencia_cientifica_psicologica_sobre_as_relaes_familiares_e_o_desenvolvimento_infantil_nas_familias.pdf)
- Pasqualini, M., Lanari, D., & Pieroni, L. (2018). Parents who exit and parents who enter. Family structure transitions, child psychological health, and early drinking. *Social Science & Medicine*, 214, 187-196.
- Pegna, A. (2018). The effect of negative and positive contact on prejudice reduction in portuguese adolescents in the school context (Dissertação de Mestrado). ISCTE-IUL
- Portugal. Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo (2020). Relatório Anual 2019. Discriminação contra Pessoas LGBTI+. Observatório da discriminação contra pessoas LGBTI+. [https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA\\_Relatorio\\_Discriminacao\\_2019.pdf](https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf)
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto, 2002.
- Raabe, T., & Beelmann, A. (2011). Development of ethnic, racial, and national prejudice in childhood and adolescence: A multinational meta-analysis of age differences. *Child development*, 82(6), 1715-1737.
- Saphira, M. E. (1989). *Children's Understanding of Sexual Orientation*. University of Auckland.
- Stulberg, L. M. (2018). *LGBTQ social movements*. John Wiley & Sons.
- Tajfel, H. (1979). Individuals and groups in social psychology. *British Journal of social and clinical psychology*, 18(2), 183-190.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (2015). *Expressões dos racismos em Portugal* (No. 2ª). ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Walsh, F. (2016). Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. Processos normativos da família, 3-27.

Wyman Battalen, A., Farr, R. H., Brodzinsky, D. M., & McRoy, R. G. (2019). Socializing children about family structure: Perspectives of lesbian and gay adoptive parents. *Journal of GLBT Family Studies*, 15(3), 235-255.